

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	17
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.148.745	1.040.296
1.01	Ativo Circulante	607.796	529.430
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	193.549	127.590
1.01.03	Contas a Receber	141.694	151.066
1.01.03.01	Clientes	133.107	143.825
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.587	7.241
1.01.03.02.01	Outros créditos	8.587	7.241
1.01.04	Estoques	185.053	177.108
1.01.06	Tributos a Recuperar	57.416	58.719
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	57.416	58.719
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	57.416	58.719
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.315	2.679
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.769	12.268
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.693	3.693
1.01.08.03	Outros	18.076	8.575
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	18.076	8.575
1.02	Ativo Não Circulante	540.949	510.866
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.815	42.151
1.02.01.03	Contas a Receber	4.744	8.562
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.744	8.562
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.926	824
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.926	824
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	44.145	32.765
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	32.065	31.283
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	12.080	1.482
1.02.02	Investimentos	107.083	96.812
1.02.02.01	Participações Societárias	43.083	32.812
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	36.620	26.349
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	64.000	64.000
1.02.03	Imobilizado	374.707	363.363
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	350.204	338.596
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	24.503	24.767
1.02.04	Intangível	8.344	8.540
1.02.04.01	Intangíveis	8.344	8.540

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.148.745	1.040.296
2.01	Passivo Circulante	364.083	323.477
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.806	28.070
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.891	6.537
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.915	21.533
2.01.02	Fornecedores	61.242	47.688
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	51.927	38.414
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	9.315	9.274
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.922	19.768
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.258	9.608
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.705	9.058
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais e federais	553	550
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.005	9.697
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	659	463
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	219.201	177.375
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	160.116	136.107
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.368	36.761
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	102.748	99.346
2.01.04.02	Debêntures	47.561	29.644
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.524	11.624
2.01.05	Outras Obrigações	49.912	50.576
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.906	7.347
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.906	7.347
2.01.05.02	Outros	42.006	43.229
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.259	11.258
2.01.05.02.04	Verbas diretas	3.981	4.892
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	9.733	8.695
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	593	223
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	2.723	2.531
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	13.717	15.630
2.02	Passivo Não Circulante	322.782	259.979
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	283.073	221.908
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	211.633	136.188
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	79.049	79.716
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	132.584	56.472
2.02.01.02	Debêntures	71.440	85.720
2.02.02	Outras Obrigações	13.351	14.550
2.02.02.02	Outros	13.351	14.550
2.02.02.02.04	Financiamento de impostos	2.777	2.773
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	10.574	11.777
2.02.03	Tributos Diferidos	21.532	13.257
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.532	13.257
2.02.04	Provisões	4.826	10.264
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.826	10.264
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.598	1.715
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.511	5.211

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.717	1.527
2.02.04.01.05	Provisão para perda com Investimentos	0	1.811
2.03	Patrimônio Líquido	461.880	456.840
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	219.804	235.386
2.03.04.01	Reserva Legal	17.777	17.776
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	51	15.635
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	201.976	201.975
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	20.264	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.478	23.546
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-140	-566

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	334.837	338.384
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-208.679	-233.246
3.03	Resultado Bruto	126.158	105.138
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-87.559	-96.974
3.04.01	Despesas com Vendas	-66.435	-62.231
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.652	-23.656
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.128	-6.782
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.894	-1.670
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.715	-2.620
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	-519	-2.492
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.656	-4.305
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.599	8.164
3.06	Resultado Financeiro	-10.060	-5.550
3.06.01	Receitas Financeiras	42.212	12.563
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.272	-18.113
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.539	2.614
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.275	-539
3.08.01	Corrente	0	-536
3.08.02	Diferido	-8.275	-3
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.264	2.075
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	20.264	2.075
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	20.264	2.075
4.02	Outros Resultados Abrangentes	426	59
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	426	59
4.03	Resultado Abrangente do Período	20.690	2.134

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.401	48.129
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.801	23.493
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	20.264	2.075
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.151	5.012
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-11.656	4.305
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	48	2.563
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	270	583
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	911	1.096
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda de estoque	786	210
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	50.173	698
6.01.01.09	Constituição de IR e CS diferidos	8.275	3
6.01.01.10	Ajuste a valor de mercado	-35.421	6.948
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.600	24.636
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	10.448	11.737
6.01.02.02	Estoques	-8.731	-82
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	522	-4.282
6.01.02.04	Créditos com controladas	-1.102	-282
6.01.02.05	Outros créditos	-7.136	-3.339
6.01.02.06	Fornecedores	13.553	35.040
6.01.02.07	Tributos a recolher	-11.650	-3.829
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.264	-5.122
6.01.02.09	Débitos com outras partes relacionadas	559	559
6.01.02.10	Fretes a pagar	0	786
6.01.02.11	Provisão para contingências	-305	-972
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-2.986	-5.578
6.01.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	15.692	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.347	-27.488
6.02.01	Intangível	-316	-316
6.02.02	Imobilizado	-17.031	-27.172
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	36.905	-2.406
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	119.453	7.587
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-64.827	-10.522
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-2.071	-1.190
6.03.04	Amortização de instrumentos financeiros derivativos	0	1.719
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	-15.650	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	65.959	18.235
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.590	69.649
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	193.549	87.884

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.650	0	0	-15.650
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-15.650	0	0	-15.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	68	20.264	-68	20.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.264	0	20.264
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	68	0	-68	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	68	0	-68	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	219.804	20.264	22.912	461.454

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	175.876	0	23.879	398.229
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	175.876	0	23.879	398.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.537	0	0	-1.537
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-1.521	0	0	-1.521
5.04.09	Participação empresa controlada	0	0	-16	0	0	-16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	79.787	-899	78.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	79.509	0	79.509
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	278	-899	-621
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	278	-278	0
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	-621	-621
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	61.047	-79.787	0	-18.740
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	61.047	-79.787	0	-18.740
5.07	Saldos Finais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	377.057	384.017
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	381.278	390.982
7.01.02	Outras Receitas	-3.951	-6.382
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-4.910	-6.418
7.01.02.02	Outras receitas	959	36
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-270	-583
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-272.721	-292.453
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-190.055	-216.280
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-81.120	-72.952
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-517	-357
7.02.04	Outros	-1.029	-2.864
7.03	Valor Adicionado Bruto	104.336	91.564
7.04	Retenções	-6.344	-5.681
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.344	-5.681
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	97.992	85.883
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.868	8.258
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.656	-4.305
7.06.02	Receitas Financeiras	42.212	12.563
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	151.860	94.141
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	151.860	94.141
7.08.01	Pessoal	41.190	37.397
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.078	23.286
7.08.01.02	Benefícios	7.944	6.799
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.374	2.244
7.08.01.04	Outros	6.794	5.068
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.894	1.670
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	4.200	2.500
7.08.01.04.03	Outros gastos	700	898
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.797	32.080
7.08.02.01	Federais	14.990	6.269
7.08.02.02	Estaduais	19.169	25.216
7.08.02.03	Municipais	638	595
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.609	22.589
7.08.03.01	Juros	52.272	18.113
7.08.03.02	Aluguéis	3.337	4.476
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.264	2.075
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.264	2.075

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.132.660	1.022.591
1.01	Ativo Circulante	617.621	527.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	215.841	139.668
1.01.03	Contas a Receber	140.579	149.546
1.01.03.01	Clientes	133.440	143.768
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.139	5.778
1.01.03.02.01	Outros créditos	7.139	5.778
1.01.04	Estoques	161.466	157.583
1.01.06	Tributos a Recuperar	57.470	58.770
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	57.470	58.770
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	57.470	58.770
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.315	2.679
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33.950	19.059
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.693	3.693
1.01.08.03	Outros	30.257	15.366
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	27.138	12.798
1.01.08.03.02	Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	3.119	2.568
1.02	Ativo Não Circulante	515.039	495.286
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.815	42.151
1.02.01.03	Contas a Receber	4.744	8.562
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.744	8.562
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.926	824
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	1.926	824
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	44.145	32.765
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	32.065	31.283
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	12.080	1.482
1.02.02	Investimentos	64.064	64.064
1.02.02.01	Participações Societárias	64	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	64.000	64.000
1.02.03	Imobilizado	385.417	374.132
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	360.914	348.980
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	24.503	25.152
1.02.04	Intangível	14.743	14.939
1.02.04.01	Intangíveis	14.743	14.939

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.132.660	1.022.591
2.01	Passivo Circulante	345.533	305.119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.983	28.228
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.959	6.594
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.024	21.634
2.01.02	Fornecedores	61.269	47.458
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	51.954	38.184
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	9.315	9.274
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.024	19.877
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.360	9.663
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.769	9.113
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	591	550
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.005	9.697
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	659	517
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	207.677	165.751
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	160.116	136.107
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.368	36.761
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	102.748	99.346
2.01.04.02	Debêntures	47.561	29.644
2.01.05	Outras Obrigações	42.580	43.805
2.01.05.02	Outros	42.580	43.805
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.263	11.262
2.01.05.02.04	Verbas diretas	3.981	4.892
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	9.733	8.695
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	965	658
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	2.723	2.531
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	13.915	15.767
2.02	Passivo Não Circulante	325.223	260.609
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	283.073	221.908
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	211.633	136.188
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	79.049	79.716
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	132.584	56.472
2.02.01.02	Debêntures	71.440	85.720
2.02.02	Outras Obrigações	13.351	14.550
2.02.02.02	Outros	13.351	14.550
2.02.02.02.04	Financiamento de impostos	2.777	2.773
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	10.574	11.777
2.02.03	Tributos Diferidos	23.973	15.698
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.973	15.698
2.02.04	Provisões	4.826	8.453
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.826	8.453
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.598	1.715
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.511	5.211
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.717	1.527
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	461.904	456.863
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	219.804	235.386
2.03.04.01	Reserva Legal	17.777	17.776
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	51	15.635
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	201.976	201.975
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	20.264	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.478	23.546
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-140	-566
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	24	23

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	336.165	345.575
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-209.459	-237.749
3.03	Resultado Bruto	126.706	107.826
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-99.429	-92.803
3.04.01	Despesas com Vendas	-66.435	-62.231
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.866	-23.790
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.128	-6.782
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.894	-1.670
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.715	-2.620
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	-519	-2.492
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.277	15.023
3.06	Resultado Financeiro	1.317	-12.354
3.06.01	Receitas Financeiras	53.246	14.601
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.929	-26.955
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.594	2.669
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.330	-594
3.08.01	Corrente	-55	-591
3.08.02	Diferido	-8.275	-3
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.264	2.075
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	20.264	2.075
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.264	2.075
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	20.264	2.075
4.02	Outros Resultados Abrangentes	426	59
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	426	59
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	20.690	2.134
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.690	2.134

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.165	34.735
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.142	27.193
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	20.264	2.075
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.211	5.028
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	48	2.563
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	270	583
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	911	1.097
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda em estoque	786	210
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	50.700	851
6.01.01.09	Constituição de IR e CS diferidos	8.275	3
6.01.01.10	Ajuste a valor de mercado	-40.323	14.783
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.023	7.542
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	10.308	11.700
6.01.02.02	Estoques	-4.669	14.131
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	518	-4.285
6.01.02.04	Créditos com controladas	-1.102	-218
6.01.02.05	Outros créditos	-7.152	-3.306
6.01.02.06	Fornecedores	13.560	35.035
6.01.02.07	Tributos a recolher	-11.657	-3.822
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.245	-5.132
6.01.02.09	Débito com outras partes relacionadas	0	-30.781
6.01.02.10	Fretes a pagar	0	786
6.01.02.11	Provisão para contingências	-305	-972
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-2.925	-5.594
6.01.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	15.692	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.347	-27.488
6.02.01	Intangível	-316	-316
6.02.02	Imobilizado	-17.031	-27.172
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	36.354	-2.406
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	118.902	7.587
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-64.827	-10.522
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-2.071	-1.190
6.03.04	Amortização de instrumentos financeiros derivativos	0	1.719
6.03.05	Dividendos distribuídos	-15.650	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-141
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	76.172	4.700
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	139.668	100.658
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	215.840	105.358

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	23	456.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	23	456.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.650	0	0	-15.650	1	-15.649
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-15.650	0	0	-15.650	0	-15.650
5.04.09	Participação empresa controlada	0	0	0	0	0	0	1	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	68	20.264	-68	20.264	0	20.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.264	0	20.264	0	20.264
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	68	0	-68	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	68	0	-68	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	219.804	20.264	22.912	461.454	24	461.478

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	175.876	0	23.879	398.229	24	398.253
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	175.876	0	23.879	398.229	24	398.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.537	0	0	-1.537	-1	-1.538
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-1.521	0	0	-1.521	0	-1.521
5.04.09	Participação empresa controlada	0	0	-16	0	0	-16	-1	-17
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	79.787	-899	78.888	0	78.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	79.509	0	79.509	0	79.509
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	278	-899	-621	0	-621
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	278	-278	0	0	0
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	-621	-621	0	-621
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	61.047	-79.787	0	-18.740	0	-18.740
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	61.047	-79.787	0	-18.740	0	-18.740
5.07	Saldos Finais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	23	456.863

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	378.544	387.295
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	382.765	394.260
7.01.02	Outras Receitas	-3.951	-6.382
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-4.910	-6.418
7.01.02.02	Outras receitas	959	36
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-270	-583
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-273.624	-293.023
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-190.775	-216.746
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-81.146	-72.984
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-517	-357
7.02.04	Outros	-1.186	-2.936
7.03	Valor Adicionado Bruto	104.920	94.272
7.04	Retenções	-6.404	-5.681
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.404	-5.681
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	98.516	88.591
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.246	14.601
7.06.02	Receitas Financeiras	53.246	14.601
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	151.762	103.192
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	151.762	103.192
7.08.01	Pessoal	41.221	37.421
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.098	23.306
7.08.01.02	Benefícios	7.946	6.801
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.374	2.244
7.08.01.04	Outros	6.803	5.070
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.894	1.670
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	4.200	2.500
7.08.01.04.03	Outros gastos	709	900
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.011	32.265
7.08.02.01	Federais	15.156	6.417
7.08.02.02	Estaduais	19.169	25.216
7.08.02.03	Municipais	686	632
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.266	31.431
7.08.03.01	Juros	51.929	26.955
7.08.03.02	Aluguéis	3.337	4.476
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.264	2.075
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.264	2.075

Comentário

Divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2015

Fortaleza – CE, 08 de maio de 2015 – A J. Macêdo S.A. (“J. Macêdo”), Companhia líder nacional nos mercados de farinha para uso doméstico e mistura para bolos, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2015 (1T15). As Informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2014 (1T14), salvo indicação contrária.

Destaques do período

- ✎ O lucro bruto no 1T15 foi de R\$ 126,7 milhões, um crescimento de 17,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ✎ O EBITDA no 1T15 foi de R\$ 33,7 milhões, um aumento de 61,2% acima do 1T14.
- ✎ A margem EBITDA no trimestre foi de 10,0% sendo (+4,0 p.p.) maior que o 1T14.
- ✎ A receita líquida no 1T15 foi de R\$ 336,2 milhões, uma redução 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ✎ O volume de vendas no 1T15 foi de 187,7 mil toneladas, mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ✎ A participação de mercado Farinhas e Farelo, em volume da Companhia cresceu de 21,9% (no bimestre Out/Nov-14 x Dez14/Jan-15) para 22,8%.
- ✎ Os investimentos realizados no trimestre totalizaram R\$ 17,3 milhões, com foco em produtividade nos ativos operacionais.

Principais destaques	1T15	1T14	1T15 X 1T14 (%)	4T14	1T15 X 4T14 (%)
Receita Líquida de Impostos	336,2	345,6	-2,7%	389,5	-13,7%
Lucro Bruto	126,7	107,8	17,5%	148,6	-14,7%
EBITDA	33,7	20,9	61,2%	50,8	-33,7%
Margem EBITDA (%)	10,0%	6,0%	4,0 p.p.	13,0%	-3,0 p.p.
Vendas em mil toneladas	187,7	189,8	-1,1%	199,4	-5,9%
Investimentos em imobilizado	17,3	29,0	-40,3%	49,0	-64,7%

Comentário do Desempenho



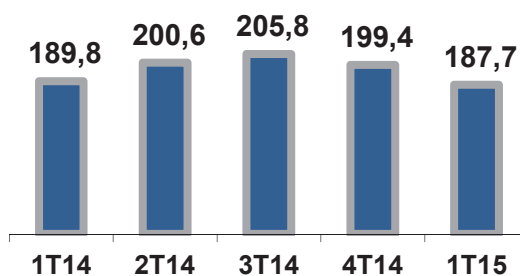
Desempenho Operacional

VENDAS

O volume de vendas permaneceu praticamente estável no 1T15 em comparação ao mesmo período do ano de 2014, pequena redução em outras vendas, atingindo 187,7 mil toneladas. A Companhia manteve no trimestre a política de priorizar a rentabilidade, adequando sua política comercial nas diversas categorias e canais. Abaixo, segue volume de vendas da controladora.

Toneladas	1T15	1T14	1T15 X 1T14 (%)	4T14	1T15 X 4T14 (%)
Farinhas e farelo	136.989	136.377	0,4%	143.551	-4,6%
Massas	31.881	32.056	-0,5%	35.787	-10,9%
Misturas para bolos e pães	11.345	10.606	7,0%	12.276	-7,6%
Biscoitos	4.036	3.906	3,3%	4.379	-7,8%
Sobremesas	881	826	6,7%	1.070	-17,7%
Fermentos	412	316	30,1%	468	-12,0%
Subtotal Consumo	185.544	184.087	0,8%	197.531	-6,1%
Outros	2.174	5.688	-61,8%	1.867	16,4%
Total	187.718	189.775	-1,1%	199.398	-5,9%

Volume de Vendas
(em toneladas)

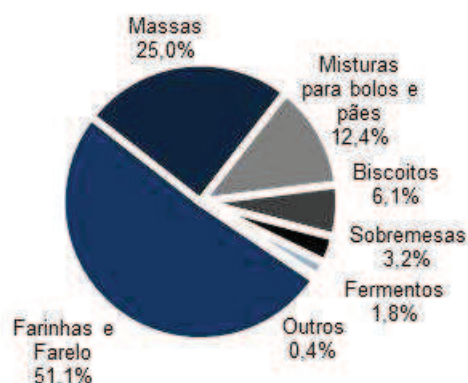


A participação das categorias na composição da receita bruta manteve-se relativamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado abaixo.

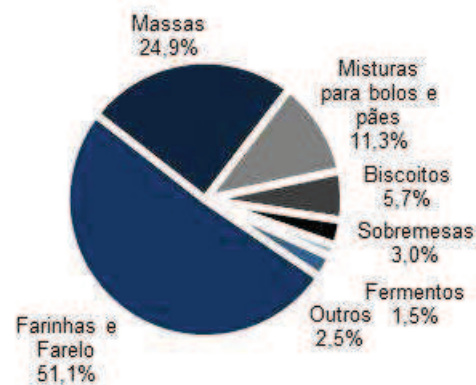
Comentário do Desempenho



Composição da Receita Bruta 1T15

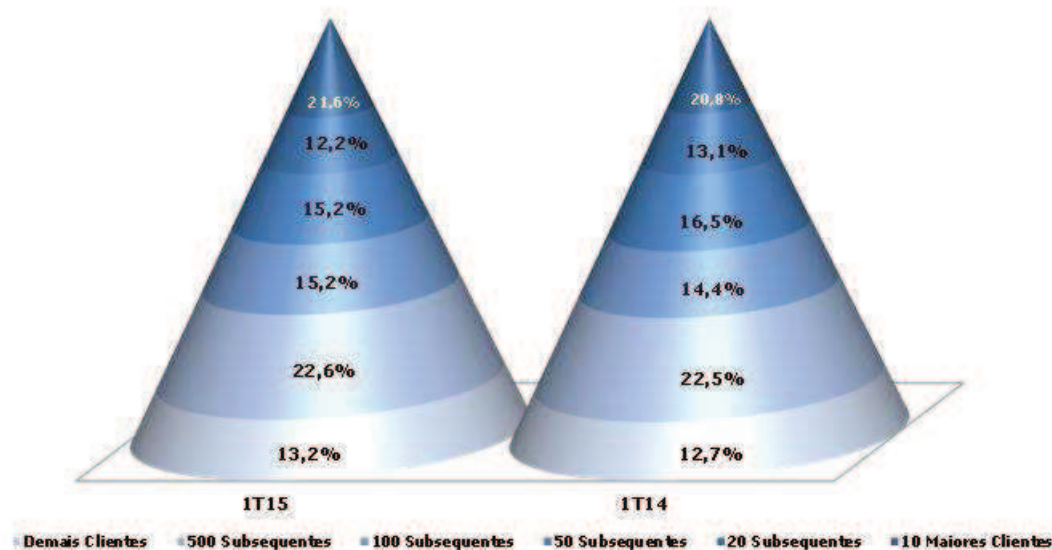


Composição da Receita Bruta 1T14



Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 21,6% das vendas brutas, ficando em linha com o trimestre anterior.

**Distribuição da Concentração de Vendas
1T15 x 1T14**



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

A Companhia apresenta a seguir as principais categorias e o desempenho por linha de produto. Em 2014 ocorreu mudança na metodologia aplicada pela ACNielsen para levantamento da participação de mercado das empresas em cada segmento. Nesta nova metodologia, foram inseridos os estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Pará e Amazonas, alterando dados de pesquisas anteriores. Os gráficos abaixo consideram estas alterações.

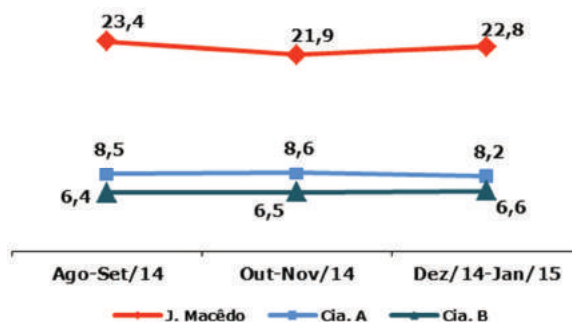
Comentário do Desempenho



Farinhas e Farelo:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas cresceu 2,2% do ano móvel 2015 (Dez-14/Jan-15 a Fev/Mar-14) para 2014 (Dez-13/Jan-14 a Fev/Mar-13). A participação de mercado em volume da Companhia cresceu de 21,9% para 22,8% na leitura dos bimestres de Out/Nov-14 x Dez14/Jan-15.

Market Share
Categoria Farinhas e Farelo

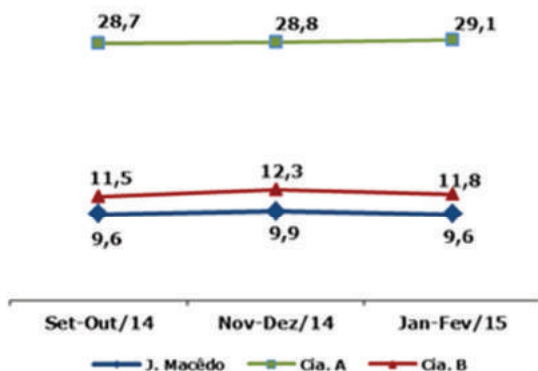


A pesquisa realizada pela ACNielsen não considera o segmento de panificação, o qual contribuiu sensivelmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas.

A categoria de Farinhas e Farelo representou 51,1% da receita bruta da companhia no 1T15 (1T14: 51,1%). A receita nesta categoria manteve-se estável comparada ao mesmo período do ano anterior, sustentada principalmente pelo retorno ao mercado profissional com destaque para panificação.

Massas:

Market Share
Categoria Massas



Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas decresceu -0,5% no ano móvel de 2015 (Jan/Fev-15 a Mar/Abr-14) vs o ano móvel de 2014 (Jan/Fev-14 a Mar/Abr-13). A participação de mercado em volume da Companhia saiu de 9,9% para 9,6% na leitura dos bimestres de Nov/Dez-14 x Jan/Fev-15, refletindo a busca por novos mercados e clientes de maior rentabilidade.

A categoria de Massas representou 25,0% da receita bruta da companhia no 1T15. A receita nesta categoria manteve-se estável em comparação ao mesmo período do ano anterior, efeito do reposicionamento dos volumes em canais e mercados mais rentáveis.

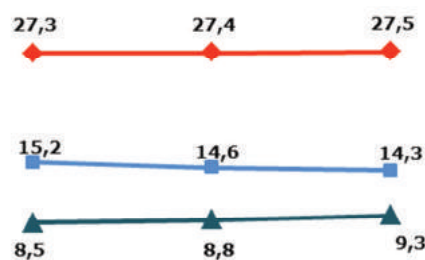
Comentário do Desempenho



Misturas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas cresceu 5,2% ano móvel 2015 (Dez-14/Jan-15 a Fev/Mar-14) para 2014 (Dez-13/Jan-14 a Fev/Mar-13). A participação de mercado em volume da Companhia cresceu de 27,4% para 27,5% na leitura dos bimestres de Out/Nov-14 x Dez14/Jan-15.

Market Share
Categoria Misturas



A categoria de Misturas representou 12,4% do total da receita bruta da companhia no 1T15. Um crescimento de 1.1 p.p. em relação à participação da categoria no mesmo período do ano anterior.

Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 6,1% da receita bruta no 1T15 (1T14: 5,7%). A receita nesta categoria aumentou 5,9% do 1T14 para o 1T15.

A categoria de Sobremesas representou 3,2% da receita bruta no 1T15 (1T14: 3,0%). A receita nesta categoria aumentou 5,8% do 1T14 para o 1T15.

A categoria de Fermentos representou 1,8% da receita bruta da Companhia no 1T15 (1T14: 1,5%). A receita nesta categoria cresceu 25,6% do 1T14 para o 1T15.

Comentário do Desempenho



Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

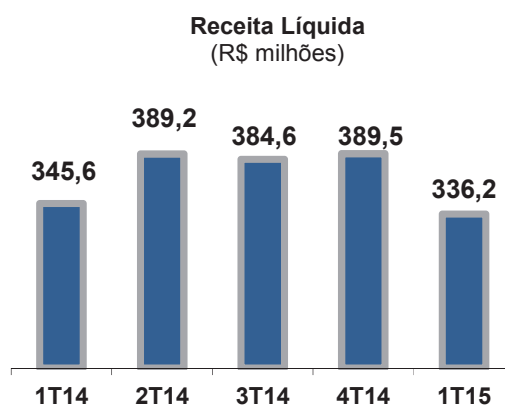
Principais Indicadores	1T15	1T14	1T15 X 1T14 (%)	4T14	1T15 X 4T14 (%)
Receita Bruta	382,8	398,3	-3,9%	444,1	-13,8%
Receita Líquida de Impostos	336,2	345,6	-2,7%	389,5	-13,7%
Lucro Bruto	126,7	107,8	17,5%	148,6	-14,7%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	37,7%	31,2%	6,5 p.p.	38,1%	-0,4 p.p.
Resultado antes do IR	28,6	2,7	959,3%	41,3	-30,8%
Margem Operacional (%)	8,5%	0,8%	7,7 p.p.	10,6%	-2,1 p.p.
EBITDA	33,7	20,9	61,2%	50,8	-33,7%
Margem EBITDA (%)	10,0%	6,0%	4,0 p.p.	13,0%	-3,0 p.p.

RECEITA BRUTA

A receita bruta da J.Macêdo totalizou R\$ 382,8 milhões no 1T15, uma redução de 3,9% em relação a igual período de 2014 (R\$ 398,3 milhões). A margem bruta foi significativamente superior, passando de 31,2% no 1T14 para 37,7% no 1T15, refletindo os ganhos de eficiência na operação.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia somou R\$ 336,2 milhões no 1T15, uma redução 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 345,6 milhões).



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

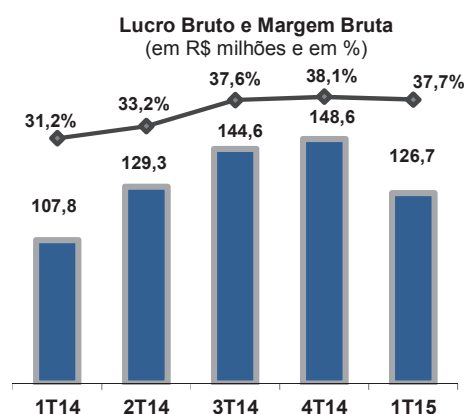
Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 1T15 totalizaram R\$ 209,5 milhões, equivalentes a 62,3% da receita líquida, uma redução de 11,9% comparados aos R\$ 237,8 milhões (68,8% da receita líquida) registrados no 1T14.

Comentário do Desempenho



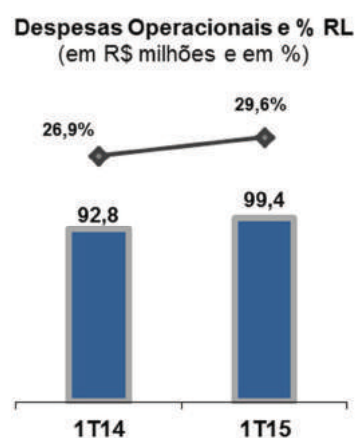
LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 1T15 foi de R\$ 126,7 milhões, um acréscimo de 17,5% em relação aos R\$ 107,8 milhões registrados no 1T14. No trimestre, este lucro representou 37,7% da receita líquida enquanto, no mesmo período do ano anterior, representava 31,2%.



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 1T15 totalizaram R\$ 99,4 milhões, correspondentes a 29,6% da receita líquida do mesmo período, 7,1% acima dos R\$ 92,8 milhões registrados no 1T14 (26,9% da receita líquida).



Despesas Operacionais	1T15	1T14	1T15 X 1T14 (%)	4T14	1T15 X 4T14 (%)
Vendas	(65,7)	(62,2)	5,6%	(71,9)	-8,7%
Gerais e Administrativas	(28,6)	(23,8)	20,3%	(31,5)	-9,1%
Honorários da Administração	(1,9)	(1,7)	11,4%	(1,5)	26,3%
Depreciação/Amortização	(2,7)	(2,6)	4,4%	(2,7)	0,6%
Outras Despesas/ Receitas	(0,5)	(2,5)	-79,2%	3,3	-115,7%
Total	(99,4)	(92,8)	7,1%	(104,3)	-4,7%

Comentário do Desempenho

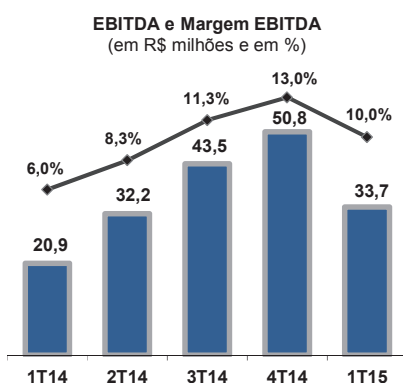


RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	1T15	1T14	1T15 X 1T14 (%)	4T14	1T15 X 4T14 (%)
Receitas Financeiras	53,1	14,6	263,9%	17,7	200,2%
Despesas Financeiras	(51,8)	(27,0)	91,9%	(20,8)	149,1%
Total	1,3	(12,4)	-110,6%	(3,1)	-142,5%

A J. Macêdo registrou, no 1T15, resultado financeiro líquido positivo de R\$ 1,3 milhões, impactado principalmente pelo Ajuste a Valor de Mercado positivo dos swaps.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA



A Companhia encerra o 1T15 com lucro operacional de R\$ 28,6 milhões.

O EBITDA (*lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações*) do 1T15 totalizou R\$ 33,7 milhões (margem de 10,0% da receita líquida), representando acréscimo de 61,2% em relação aos R\$ 20,9 milhões (margem de 6,0% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.

O EBITDA acumulado dos últimos doze meses totalizou R\$ 160,1 milhões (margem de 10,7% da receita líquida), acima dos R\$ 104,0 milhões (7,3% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.

Reconciliação do EBITDA	1T15	1T14
Lucro antes do IR e CS - LAIR	28,6	2,7
Depreciação/ Amortização Custos	3,7	3,2
Depreciação/ Amortização Despesas	2,7	2,6
Resultado Financeiro	(1,3)	12,4
EBITDA	33,7	20,9

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido registrado no 1T15 foi de R\$ 20,3 milhões, com margem líquida de 6,0%, enquanto no mesmo período do ano anterior o lucro líquido foi de R\$ 2,1 milhões, com margem líquida de 0,6%.

Comentário do Desempenho

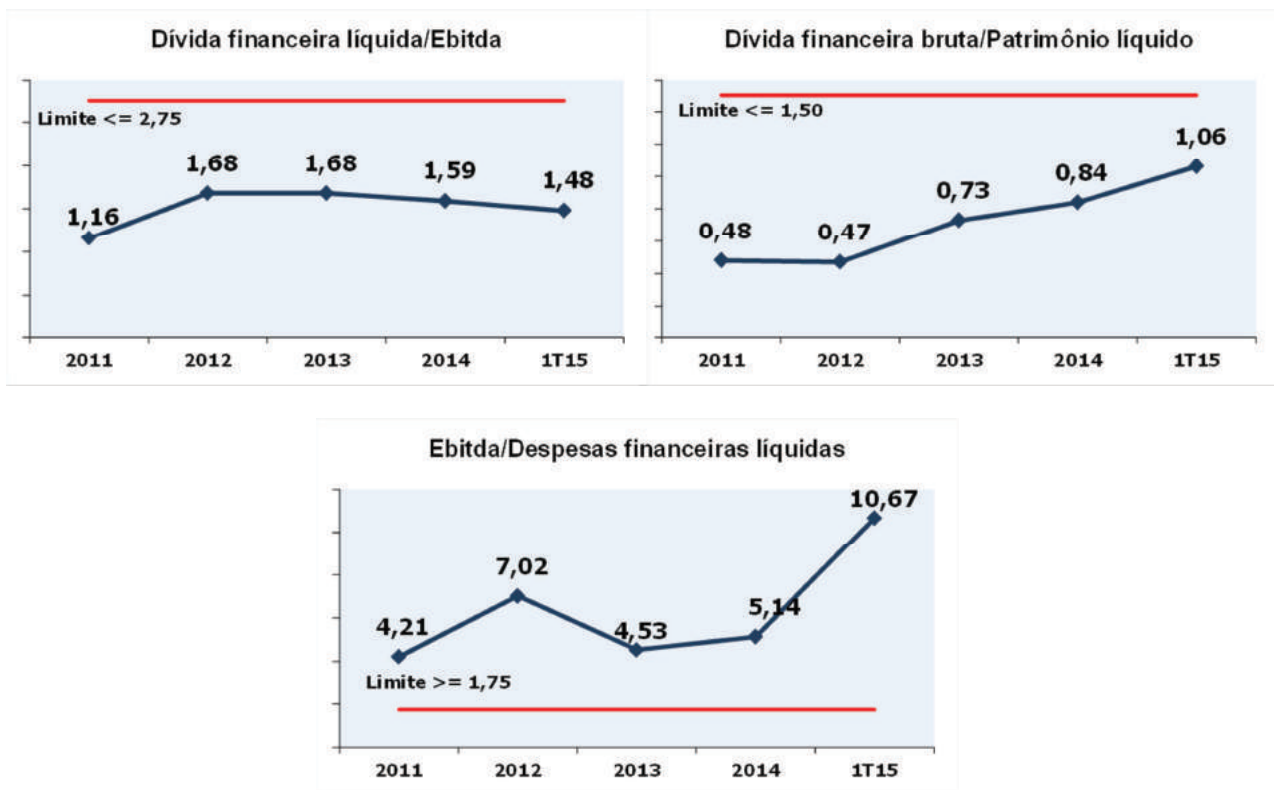


ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	1T15	1T14	1T15 X 1T14 (%)	4T14	1T15 X 4T14 (%)
Curto Prazo	207,7	101,3	105,0%	165,7	25,3%
Empréstimos e Financiamentos	160,1	101,3	58,0%	136,1	17,6%
Debêntures	47,6	-	-	29,6	60,8%
Longo Prazo	283,1	186,1	52,1%	221,9	27,6%
Empréstimos e Financiamentos	211,7	80,6	162,7%	136,2	55,4%
Debêntures	71,4	105,5	-32,3%	85,7	-16,7%
Total Endividamento	490,8	287,4	70,8%	387,6	26,6%
(-) Caixa	(215,8)	(105,4)	104,7%	(139,7)	54,5%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(38,2)	(2,0)	N/A	(14,3)	167,1%
Dívida Líquida	236,8	180,0	31,6%	233,6	1,4%

O endividamento líquido no 1T15 foi maior 31,6% quando comparado com o 1T14. O crescimento deve-se principalmente à execução do plano de investimentos da Companhia.

Cove nants	1T15	1T14	1T15 X 1T14 (%)	4T14	1T15 X 4T14 (%)
Dívida financeira líquida/Ebitda $\leq 2,75$	1,48	1,73	-14,5%	1,59	-6,9%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido $\leq 1,50$	1,06	0,72	47,2%	0,84	26,2%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas $\geq 1,75$	10,67	3,33	220,4%	5,14	107,6%



Comentário do Desempenho



Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de financiamentos.

Investimentos

No 1T15, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 17,3 milhões, uma redução de 40,3% em relação aos R\$ 29,0 milhões em investimentos no 1T14.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo segue com o plano de investimento estabelecido até 2017, principalmente em melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com aumento de capacidade produtiva e na modernização das unidades com novas tecnologias.

Desempenho Setorial

DESEMPENHO DO TRIGO

Mercado Internacional

A oferta mundial de trigo no primeiro trimestre de 2015 permaneceu elevada, após novas revisões para cima na projeção de produção e estoques mundiais pelo United States Department of Agriculture (USDA). Em relação à divulgação de dezembro de 2014 a produção mundial passou de 722,2 para 724,8 milhões de Ton e os estoques finais passaram de 194,9 para 197,7 milhões de Ton no relatório de 10 de março.

Com a melhora na oferta do trigo, de outros grãos (soja e milho) e a baixa cotação do petróleo, os preços seguiram em trajetória de queda durante quase todo o período. Na bolsa de Kansas o trigo chegou a ser negociado a USD 5,14/bu em 5 de março, a menor cotação desde julho de 2010. Nas semanas seguintes os preços se recuperaram com a realização de compras técnicas e fecharam o mês de março em USD 5,72/bu.

Na Argentina a safra também foi revisada para cima pelo USDA, passando de 12,0 para 12,5 milhões de Ton. O Ministério de Agricultura, Ganadería y Pesca (Minagri) trabalha com uma estimativa ainda maior, de 13,9 milhões de Ton. Com a grande oferta local, o governo tem liberado licenças para exportação (ROEs) - ao contrário do que ocorreu na safra anterior - e estas já totalizam 3,5 milhões de Ton. Diante desta situação os preços também apresentaram queda no país, passando de aproximadamente USD 250/Ton em dezembro para o patamar de USD 225-230/Ton em março (queda de aproximadamente 8% no período).

Parte das quedas nos preços deve-se à forte valorização do dólar frente às demais moedas no mundo. Em relação ao real a valorização foi de 17% nos primeiros 3 meses

Comentário do Desempenho



do ano, maior do que queda do preço do trigo em dólar. Com isso o que se percebe é o aumento dos preços do trigo importado em moeda local no período.

Mercado Nacional

O ano começou com a safra nacional 100% colhida e sem alterações na estimativa de produção da safra 2014 pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), mantida em 5,95 milhões de Ton.

Surpreendeu no período o alto volume de exportação. Segundo informação da Abitrigo, até o final de fevereiro haviam sido exportadas 1,046 milhão de Ton, ante 275 mil Ton em 2014 (alta de 280% em relação ao ano anterior). A maior parte deste trigo (913 mil Ton) foi vendida pelo estado do Rio Grande do Sul, como trigo *feed*, voltado para alimentação animal, em função da qualidade imprópria para consumo humano.

No Paraná a boa qualidade e os bons preços em relação às opções de trigo importado fizeram do estado a principal opção de abastecimento no país. Apesar das vendas abaixo do esperado pelo mercado nos meses de janeiro e fevereiro, estas se aqueceram em março e, segundo o DERAL (Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado do PR), já atingiram 85% do volume total colhido no estado. Com isso as ofertas estão mais restritas, alavancando a alta nos preços, que chegaram no final de março a R\$ 700 por Ton na condição FOB (*Free On Board*) interior do estado, alta de aproximadamente 20% no ano.

Recursos Humanos

Entre as iniciativas do primeiro trimestre, destaque para o Projeto de Carreira & Desenvolvimento, com aplicação das Avaliações de 360° para todo o corpo gerencial da J. Macêdo. Ações de engajamento e desenvolvimento dos colaboradores também foram realizadas nesse período.

Seguindo com plano de investimentos para adequação do seu time de gestão, tivemos a chegada de um novo integrante no Comitê Executivo da empresa, finalizando este ciclo.

Desenvolver e reter seus talentos internos são desafios permanentes da área de Recursos Humanos.

Comentário do Desempenho



Perspectivas

O ano iniciou com cenário bem mais desafiador do que o esperado. A perspectiva de retração da economia, as incertezas geradas pela inflação, pela queda de confiança e pela desvalorização do real frente ao dólar causaram impactos no consumo da cesta básica e impactaram significativamente os custos da companhia, principalmente no custo do trigo, nossa principal matéria prima. A política de estoques adequada ajudou a reduzir o impacto no primeiro trimestre, o que permitiu a companhia realizar o resultado positivo.

Para o segundo trimestre o cenário continuará desafiador, percebe-se enfraquecimento da demanda e do consumo de forma geral, contudo, estamos engajados em manter as nossas margens de resultado, buscando incessantemente oportunidades de redução de custos e aumento da eficiência.

A J. Macêdo segue otimista, acreditando na fortaleza do setor de alimentação, especialmente no mercado que atua.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo seguirá com seu plano de investimentos, concentrados principalmente em melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com resultante aumento de capacidade produtiva.

A J. Macêdo não poupará esforços para preservar as condições de rentabilidade nas categorias em que detém liderança, com constante monitoramento do mercado para fortalecimento nas demais categorias de atuação.

A presença forte em mercados bem estabelecidos e de grande poder de consumo posiciona a J. Macêdo em condições de manter sua posição e margens, bem como buscar formas de crescimento. O uso de tecnologia de ponta e a modernização das fábricas em curso, somados à força de suas marcas, em especial Dona Benta, Petybon, Sol e Brandini, são diferenciais competitivos da companhia para a obtenção de resultados ainda melhores.

Comentário do Desempenho



Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Diclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controladas

1.1 Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais consolidadas, foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e

As informações trimestrais individuais da Controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP.

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de março de 2015 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 08 de maio de 2015.

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, quando aplicáveis, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, benefícios de curto prazo a empregados, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Companhia, de suas controladas e da operação controlada em conjunto em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		31/03/2015	31/12/2014
a) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A ("Pico da Caledônia")	Brasil	99,9	99,9
b) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
c) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

a) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de "Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.", detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 01 ação. A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito, em 2006, por bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
*Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

b) Cipolin (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de “Cipolin S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

c) Tergran (sociedade de capital fechado) – A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Controladas e operação controlada em conjunto

As informações trimestrais das controladas e da operação controlada em conjunto são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas informações trimestrais individuais da controladora, os investimentos de suas controladas e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

3.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

3.3.1 *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

3.3.2 *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

3.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das informações trimestrais, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das informações trimestrais e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 20.

3.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos – reconhecimento e mensuração

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

No período findo em 31 de março de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro 2014, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “swap” e “forwards”, demonstradas na nota explicativa 28.

Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

a.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. O mesmo critério é utilizado para a qualificação de um investimento como equivalente de caixa.

b. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

3.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

(impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.9 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.10 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Trimestralmente, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

b. *Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações financeiras, líquida de qualquer reembolso.

3.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.15 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.16 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor no exercício apresentado, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

3.17 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.18 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	5.303	12.614	19.833	18.049
Aplicações financeiras	188.246	114.976	196.008	121.619
	<u>193.549</u>	<u>127.590</u>	<u>215.841</u>	<u>139.668</u>

As aplicações financeiras em renda fixa se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,66% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2014: 100,89%) e estão destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra – NY, em certificados de depósitos com correção de 0,25% a.a., com prazo de 6 meses, no valor total de R\$ 7.278, e próximo vencimento para 13/08/2015. Estas aplicações não possuem qualquer restrição de saque, estando disponíveis para resgate imediato.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Clientes no país	146.399	155.317	146.732	155.260
Desconto de verbas contratuais	(11.958)	(10.428)	(11.958)	(10.428)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.334)	(1.064)	(1.334)	(1.064)
	<u>133.107</u>	<u>143.825</u>	<u>133.440</u>	<u>143.768</u>

Os descontos de verbas contratuais representam descontos condicionais que serão concedidos em função da data de pagamento da fatura.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro 2014, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Prazo:				
Valores a vencer:	138.655	147.305	138.988	147.248
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	5.681	6.567	5.681	6.567
de 31 a 60 dias	400	260	400	260
de 61 a 90 dias	240	80	240	80
Acima de 90 dias	1.423	1.105	1.423	1.105
	<u>146.399</u>	<u>155.317</u>	<u>146.732</u>	<u>155.260</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro 2014 está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(1.064)	(1.320)
Constituição de provisão	(270)	(1.686)
Reversões e baixas	-	1.942
Saldo final	<u>(1.334)</u>	<u>(1.064)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Na nota explicativa 28.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Produtos acabados	51.582	42.608	51.582	42.631
Matérias primas	57.865	63.001	57.865	63.001
Materiais de produção	15.022	17.510	15.022	17.510
Materiais de manutenção e outros	6.207	5.923	6.230	5.923
Produtos em processo	1.169	192	1.169	192
Importação em andamento (a)	53.208	47.874	29.598	28.326
	<u>185.053</u>	<u>177.108</u>	<u>161.466</u>	<u>157.583</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de março de 2015, o montante de adiantamentos com a controlada Cipolin foi de R\$ 23.610. (31 de dezembro de 2014: R\$ 19.548).

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias primas e materiais de manutenção. Segue abaixo a movimentação para os exercícios findos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(4.676)	(3.747)
Adições	(13.034)	(16.380)
Reversões	13.820	15.451
Saldo final	<u>(3.890)</u>	<u>(4.676)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

7 Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	10.883	16.511	27.394	12.481	16.511	28.992
ICMS a apropriar (b)	23.779	3.639	27.418	26.489	-	26.489
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.397	3.704	6.101	2.650	3.395	6.045
Imposto de renda a compensar	8.610	-	8.610	4.533	-	4.533
Contribuição social a compensar	270	-	270	-	-	-
PIS a compensar (c)	2.262	1.465	3.727	2.525	1.399	3.924
COFINS a compensar (c)	8.471	6.746	15.217	9.294	6.447	15.741
Outros impostos e contribuições	744	-	744	747	3.531	4.278
	<u>57.416</u>	<u>32.065</u>	<u>89.481</u>	<u>58.719</u>	<u>31.283</u>	<u>90.003</u>

	Consolidado					
	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	10.883	16.511	27.394	12.481	16.511	28.992
ICMS a apropriar (b)	23.779	3.639	27.418	26.489	-	26.489
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.397	3.704	6.101	2.650	3.395	6.045
Imposto de renda a compensar	8.616	-	8.616	4.583	-	4.583
Contribuição social a compensar	270	-	270	-	-	-
PIS a compensar (c)	2.262	1.465	3.727	2.525	1.399	3.924
COFINS a compensar (c)	8.471	6.746	15.217	9.294	6.447	15.741
Outros impostos e contribuições	792	-	792	748	3.531	4.279
	<u>57.470</u>	<u>32.065</u>	<u>89.535</u>	<u>58.770</u>	<u>31.283</u>	<u>90.053</u>

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Refere-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária;
- (b) Tratam-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- (c) Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos.

8 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo.

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J.Macêdo Alimentos S.A.

J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

MAC-DO Administração e Participações S.A.

BDM Participações Ltda.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Operações controladas em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na nota explicativa 3.1.

Empresas controladas

Pico da Caledônia. - Companhia controlada, constituída em 2004, conforme nota explicativa 3.1.

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., conforme nota explicativa 3.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

Segue abaixo quadro das operações entre as partes relacionadas:

Companhia	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<u>Ativo circulante</u>					
Cipolin S.A. (a)	Empréstimos a receber	-	-	3.119	2.568
<u>Ativo não circulante</u>					
J. Macêdo Alimentos S.A.	Empréstimos a receber	1.926	824	1.926	824
		<u>1.926</u>	<u>824</u>	<u>5.045</u>	<u>3.392</u>
<u>Passivo circulante</u>					
Pico da Caledônia (b)	Arrendamento mercantil	(11.524)	(11.624)	-	-
		<u>(11.524)</u>	<u>(11.624)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Pico da Caledônia	Empréstimos a pagar	(6.718)	(6.159)	-	-
Tergran	Empréstimos a pagar	(1.188)	(1.188)	-	-
		<u>(7.906)</u>	<u>(7.347)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(19.430)</u>	<u>(18.971)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Resultado</u>					
Cipolin	Custo com importação de trigo	30.825	232.616	-	-
Pico da Caledônia	Despesa de deprec. dos bens arrendados	162	650	162	650
Pico da Caledônia	Despesas de juros com arrendamento financeiro	345	1.401	-	-
Pico da Caledônia	Despesas de aluguéis dos bens arrendados	446	1.783	-	-
Tergran	Custos portuários	562	2.043	-	-
		<u>32.340</u>	<u>238.493</u>	<u>162</u>	<u>650</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

(a) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J. Macêdo Alimentos S.A;

(b) Valor presente dos pagamentos mínimos do Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, das unidades industriais de Fortaleza e Salvador.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.250 (R\$ 15.000/ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 31 de março de 2015, as despesas com honorários da Administração foram de R\$ 1.894 (31 de março de 2014: R\$ 1.670). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 25.

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., representando em 31 de março de 2015, 47,06% (31 de dezembro de 2014: 49,43%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados nas notas explicativas 16 e 17.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.930	6.930	6.930	6.930
<u>Diferenças temporárias:</u>				
Provisão para perda ao valor recuperável	371	296	371	296
Provisão para perdas com estoques	1.081	1.300	1.081	1.300
Provisão para contingências	2.447	2.351	2.447	2.351
Provisão de honorários de êxito	2.084	2.233	2.084	2.233
Programa de participação nos resultados	1.907	3.338	1.907	3.338
Perda operação "swap"	165	13.205	165	13.205
Outras provisões	6.102	5.815	6.102	5.815
Total diferido ativo	21.087	35.468	21.087	35.468
Ágio Chiarini	(1.780)	(1.780)	(1.780)	(1.780)
Ganho operação "swap"	(8.387)	(16.257)	(8.387)	(16.257)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.711)	(8.852)	(12.152)	(11.293)
Valor justo propriedades para investimentos	(15.844)	(15.844)	(15.844)	(15.844)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(3.015)	(2.667)	(3.015)	(2.667)
Diferença depreciação fiscal	(3.882)	(3.325)	(3.882)	(3.325)
Total diferido passivo	(42.619)	(48.725)	(45.060)	(51.166)
Total de imposto diferido líquido	(21.532)	(13.257)	(23.973)	(15.698)

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Corrente				
Imposto de renda	-	(384)	(40)	(423)
Contribuição social	-	(152)	(15)	(168)
	<u>-</u>	<u>(536)</u>	<u>(55)</u>	<u>(591)</u>
Diferidos				
Imposto de renda	(5.648)	34	(5.648)	34
Contribuição social	(2.627)	(37)	(2.627)	(37)
	<u>(8.275)</u>	<u>(3)</u>	<u>(8.275)</u>	<u>(3)</u>
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(8.275)</u>	<u>(539)</u>	<u>(8.330)</u>	<u>(594)</u>

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	28.539	2.614	28.981	2.669
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	9.703	889	9.854	907
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	1.618	573	1.618	573
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	9.752	5.581	9.752	5.581
Adições temporárias				
Provisões temporárias	6.337	3.057	6.337	3.057
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	(8.275)	-	(8.275)	-
Outros itens	-	(3)	-	(3)
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(13.281)	(1.305)	(13.281)	(1.305)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(11.938)	(4.773)	(11.938)	(4.773)
Ganho de incentivos fiscais	(2.191)	(3.125)	(2.191)	(3.125)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	-	(245)	-	(245)
Outros	-	(110)	(206)	(73)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(8.275)</u>	<u>539</u>	<u>(8.330)</u>	<u>594</u>
Alíquota efetiva	<u>0,00%</u>	<u>20,61%</u>	<u>0,00%</u>	<u>22,27%</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

10 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	36.620	26.349	-	-
Ágio (nota explicativa 13)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>43.083</u>	<u>32.812</u>	<u>64</u>	<u>64</u>

	31/03/2015			31/12/2014		
	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin
Informações sobre as controladas:						
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	459.773.063	2.193.000	999	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	99,90%	100,00%	33,33%	99,90%	100,00%
Ativo circulante	6.066	11.605	34.008	5.834	11.778	18.250
Ativo não circulante	3.660	16.208	-	3.841	15.648	-
Total de ativos	<u>9.726</u>	<u>27.813</u>	<u>34.008</u>	<u>9.675</u>	<u>27.426</u>	<u>18.250</u>
Passivo circulante	1.054	1.553	24.073	855	1.553	20.061
Passivo não circulante	-	2.441	-	-	2.441	-
Total de passivos	<u>1.054</u>	<u>3.994</u>	<u>24.073</u>	<u>855</u>	<u>3.994</u>	<u>20.061</u>
Capital social	9.204	18.389	10.576	9.204	18.389	10.576
Patrimônio líquido	8.672	23.819	9.935	8.820	23.432	(1.811)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(147)	387	11.319	(390)	1.567	(4.489)

	31/03/2015			31/12/2014	
Movimentação dos investimentos	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Total	Total
Saldo inicial	2.940	23.409	-	26.349	30.846
Dividendos a receber	-	-	-	-	(2.619)
Equivalência patrimonial (a)	(50)	386	9.508	9.844	(1.241)
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	427	427	(621)
Participação empresa controlada	-	-	-	-	(16)
Saldo final	<u>2.890</u>	<u>23.795</u>	<u>9.935</u>	<u>36.620</u>	<u>26.349</u>

- (a) O resultado de equivalência patrimonial da Cipolin no período foi positivo em R\$ 11.319, que corresponde a R\$ 9.508 de lucro líquido registrado na conta de investimento e de R\$ 1.811 registrados como baixa da provisão para perdas com investimentos.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

11 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas, mediante laudos de avaliadores independentes, com data de 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com a NBR 14653-2.

Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Saldo inicial	64.000	63.984
Ganho líquido de ajuste a valor justo	-	16
Saldo final	<u>64.000</u>	<u>64.000</u>

12 Imobilizado

12.1 Controladora

12.1.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	17.913	-	17.913	17.913	-	17.913
Edificações e outros imóveis	3,20	173.771	(81.096)	92.675	173.526	(79.958)	93.568
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	215.240	(113.565)	101.675	211.406	(110.540)	100.866
Instalações	10,23	22.281	(7.352)	14.929	20.418	(6.851)	13.567
Móveis e utensílios	10,00	9.036	(6.069)	2.967	8.907	(5.936)	2.971
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.896	(6.749)	1.147	7.796	(6.598)	1.198
Veículos	16,91	9.778	(3.329)	6.449	8.309	(3.005)	5.304
Outros	18,16	6.626	(3.580)	3.046	6.544	(3.319)	3.225
		<u>462.541</u>	<u>(221.740)</u>	<u>240.801</u>	<u>454.819</u>	<u>(216.207)</u>	<u>238.612</u>
Imobilizado em andamento	-	118.176	-	118.176	107.264	-	107.264
Adiantamento a fornecedores	-	15.730	-	15.730	17.487	-	17.487
		<u>596.447</u>	<u>(221.740)</u>	<u>374.707</u>	<u>579.570</u>	<u>(216.207)</u>	<u>363.363</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

12.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2014	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/03/2015
Terrenos	17.913					17.913
Edificações e outros imóveis	93.568	68	-	175	(1.137)	92.675
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	100.866	3.217	(41)	728	(3.095)	101.675
Instalações	13.567	736	-	1.137	(511)	14.929
Móveis e utensílios	2.971	130	-	1	(134)	2.968
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.198	107	(2)	-	(155)	1.148
Veículos	5.304	1.469	-	-	(324)	6.449
Outros	3.225	108	(5)	-	(283)	3.045
Imobilizado em andamento	107.264	8.500	-	2.412	-	118.176
Adiantamento a fornecedores	17.487	2.696	-	(4.454)	-	15.730
	<u>363.363</u>	<u>17.031</u>	<u>(48)</u>	<u>-</u>	<u>(5.639)</u>	<u>374.707</u>

12.2 Consolidado**12.2.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.403	-	27.403	27.403	-	27.403
Edificações e outros imóveis	3,20	176.536	(82.966)	93.570	176.291	(81.792)	94.499
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	217.620	(115.662)	101.958	213.786	(112.614)	101.172
Instalações	10,23	22.576	(7.640)	14.936	20.713	(7.138)	13.575
Móveis e utensílios	10,00	9.098	(6.100)	2.998	8.969	(5.968)	3.001
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	8.004	(6.854)	1.150	7.904	(6.703)	1.201
Veículos	16,91	9.778	(3.329)	6.449	8.309	(3.005)	5.304
Outros	18,16	6.626	(3.580)	3.046	6.545	(3.319)	3.226
		<u>477.641</u>	<u>(226.131)</u>	<u>251.510</u>	<u>469.920</u>	<u>(220.539)</u>	<u>249.381</u>
Imobilizado em andamento	-	118.176	-	118.176	107.264	-	107.264
Adiantamento a fornecedores	-	15.730	-	15.730	17.487	-	17.487
		<u>611.547</u>	<u>(226.131)</u>	<u>385.416</u>	<u>594.671</u>	<u>(220.539)</u>	<u>374.132</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

12.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2014	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/03/2015
Terrenos	27.403	-	-	-	-	27.403
Edificações e outros imóveis	94.499	68	-	175	(1.173)	93.570
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	101.172	3.217	(41)	728	(3.118)	101.958
Instalações	13.575	736	-	1.137	(511)	14.936
Móveis e utensílios	3.001	130	-	1	(134)	2.998
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.201	107	(2)	-	(155)	1.150
Veículos	5.304	1.469	-	-	(324)	6.449
Outros	3.226	108	(5)	-	(283)	3.046
Imobilizado em andamento	107.264	8.500	-	2.412	-	118.176
Adiantamento a fornecedores	17.487	2.696	-	(4.454)	-	15.730
	<u>374.132</u>	<u>17.031</u>	<u>(48)</u>	<u>-</u>	<u>(5.698)</u>	<u>385.417</u>

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 31 de março de 2015 foi de R\$ 1.251 (31 de dezembro de 2014: R\$ 6.814). A taxa média utilizada para capitalização foi de 12,10% a.a. (31 de dezembro de 2014: 11,39% a.a.).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

12.3 Composição da depreciação e amortização

Em 31 de março de 2015 e 31 de março 2014, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Depreciação	(5.537)	(4.942)	(5.597)	(3.129)
Despesa com amortização	(513)	-	(513)	(1.828)
Depreciação do custo atribuído	(102)	(70)	(102)	(71)
Depreciação/amortização no período	<u>(6.152)</u>	<u>(5.012)</u>	<u>(6.212)</u>	<u>(5.028)</u>

12.4 Ativos concedidos em garantias

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
Tipo de garantia	31/03/2015	31/12/2014
Máquinas e equipamentos	70.010	68.920
Edificações	57.337	57.667
Instalações	10.633	9.433
Móveis e utensílios	1.745	1.743
Terrenos	6.300	6.300
Imobilizado em andamento	103.197	94.092
Outros	2.012	2.089
	<u>251.234</u>	<u>240.244</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e FINAME do BNDES e a processos tributários.

12.5 Arrendamentos mercantis financeiros

O Grupo possui contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil são classificados como arrendamentos financeiros.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

Tipo	Prazo do contrato (anos)	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:	21 e 22						
Custo original		45.310	(36.677)	8.633	45.310	(36.514)	8.796
Complemento:							
Custo atribuído	-	17.820	(1.950)	15.870	17.820	(1.848)	15.972
		63.130	(38.627)	24.503	63.130	(38.362)	24.768

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

13 Intangível

	Controladora	Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida
Vida útil			
<u>Custo:</u>			
Em 31 de dezembro de 2014	47.448	6.399	47.448
Adições	316	-	316
Baixas	-	-	-
Em 31 de março de 2015	47.764	6.399	47.764
<u>Amortização:</u>			
Em 31 de dezembro de 2014	(38.908)	-	(38.908)
Baixas	-	-	-
Amortização	(512)	-	(512)
Em 31 de março de 2015	(39.420)	-	(39.420)
<u>Valor contábil líquido:</u>			
Em 31 de março de 2015	8.344	6.399	8.344
Em 31 de dezembro de 2014	8.540	6.399	8.540

- a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.
- b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Nacionais	51.927	38.414	51.954	38.184
Estrangeiros	9.315	9.274	9.315	9.274
	<u>61.242</u>	<u>47.688</u>	<u>61.269</u>	<u>47.458</u>

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

15 Tributos a recolher

	Controladora					
	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	4.006	-	4.006	9.697	-	9.697
Imposto de renda e Contribuição Social	2.704	-	2.704	-	-	-
INSS retido	532	-	532	550	-	550
ISS retido	276	-	276	352	-	352
Outros	404	-	404	111	-	111
	<u>7.922</u>	<u>-</u>	<u>7.922</u>	<u>10.710</u>	<u>-</u>	<u>10.710</u>

	Consolidado					
	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	4.006	-	4.006	9.697	-	9.697
Imposto de renda e Contribuição Social	2.768	-	2.768	-	-	-
INSS retido	532	-	532	550	-	550
ISS retido	276	-	276	353	-	353
Outros	442	-	442	164	-	164
	<u>8.024</u>	<u>-</u>	<u>8.024</u>	<u>10.764</u>	<u>-</u>	<u>10.764</u>

16 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a.)	Controladora e Consolidado	
			31/03/2015	31/12/2014
FINAME (b)	Pré-fixado	3% a 6%	19.292	16.471
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	84.603	86.866
Crédito rural	Pré-fixado	5,50% a 6,5%	32.521	13.141
Moeda estrangeira – US\$				
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	1,75% a 3,30%	217.362	139.447
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	2,24% a 2,38%	17.971	16.370
			<u>371.749</u>	<u>272.295</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Circulante	(160.116)	(136.107)
Não circulante	211.633	136.188
a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.		
b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.		
c) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme nota explicativa 28.2.		

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
2016	67.246	63.227
2017	106.705	37.847
A partir de 2018	37.682	35.114
	<u>211.633</u>	<u>136.188</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais foram adequadamente cumpridos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de março de 2015, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e equivalentes a caixa, e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período. Estas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No período findo em 31 de março de 2015 o montante foi de R\$ 1.797 (31 de dezembro de 2014: 15.004).

17 Debêntures (controladora e consolidado)

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	47.561	29.644
Não circulante	71.440	85.720
	<u>119.001</u>	<u>115.364</u>

Em 31 de março de 2015 o valor provisionado de juros foi R\$ 19.001 (31 de dezembro de 2014: R\$ 15.364). As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
2016	14.280	26.143
2017	28.560	28.560
A partir de 2018	28.600	31.017
	<u>71.440</u>	<u>85.720</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

18 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Provisões operacionais (a)	9.893	9.856	9.893	9.856
Frete a pagar	9.733	8.695	9.733	8.695
Provisão de honorários de êxito	7.493	8.028	7.493	8.028
Verbas diretas	3.980	4.892	3.980	4.892
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (b)	4.942	5.896	4.942	5.896
Comissões a representantes	461	512	461	512
Outros	1.503	3.115	1.701	3.252
	<u>38.005</u>	<u>40.994</u>	<u>38.203</u>	<u>41.131</u>
Circulante	(27.431)	(29.217)	(27.629)	(29.354)
Não circulante	<u>10.574</u>	<u>11.777</u>	<u>10.574</u>	<u>11.777</u>

- a) Provisão para reestruturação. Ver nota 1.2.
- b) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 05 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2014
2016	5.795	7.106
2017	1.573	1.827
A partir de 2018	3.206	2.844
	<u>10.574</u>	<u>11.777</u>

19 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
*Relatório sobre a revisão de
 Informações Trimestrais - ITR*

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

Controladora				
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.558	5.669	1.018	8.245
Provisões	-	3.849	750	4.599
Reversão de provisões	(8)	(1.282)	(394)	(1.684)
Pagamentos/depósitos	-	(3.678)	(1)	(3.679)
Encargos financeiros	165	653	154	972
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.715	5.211	1.527	8.453
Provisões	-	530	397	927
Reversão de provisões	(170)	109	45	(16)
Pagamentos/depósitos	-	(177)	(128)	(305)
Encargos financeiros	53	(190)	(124)	(261)
(-) Depósitos judiciais	-	(3.972)	-	(3.972)
Saldo em 31 de março de 2015	1.598	1.511	1.717	4.826

Consolidado				
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.586	5.795	1.018	8.399
Provisões	-	3.849	750	4.619
Reversão de provisões	(36)	(1.428)	(394)	(1.858)
Pagamentos/depósitos	-	(3.678)	(1)	(3.679)
Encargos financeiros	165	653	154	972
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.715	5.211	1.527	8.453
Provisões	-	530	397	927
Reversão de provisões	(170)	109	45	(16)
Pagamentos/depósitos	-	(177)	(128)	(305)
Encargos financeiros	53	(190)	(124)	(261)
(-) Depósitos judiciais	-	(3.972)	-	(3.972)
Saldo em 31 de março de 2015	1.598	1.511	1.717	4.826

(a) Tributárias

Em 31 de março de 2015, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 248.135 (31 de dezembro de 2014:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

R\$ 241.136). O total destas contingências é constituído por R\$ 130.348 (31 de dezembro de 2014: R\$126.909) relativo a tributos federais; R\$ 116.830 (31 de dezembro de 2014: R\$ 113.458) relativo a impostos estaduais e R\$ 957 (31 de dezembro de 2014: R\$ 768) relativo a tributos municipais. As provisões que possuem bens como garantias não possuem valor relevante.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de março de 2015, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 59.884 (31 de dezembro de 2014: R\$ 57.477).

Em 31 de março de 2015, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 6.880 (31 de dezembro de 2014: R\$ 6.753). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

(c) Cíveis e administrativas

Em 31 de março de 2015, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 8.923 (31 de dezembro de 2014: R\$ 8.705).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo, entre outros, a ações de representantes comerciais e ações de cobranças fundadas em motivos variados.

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Tributária	158.410	153.359
Trabalhista	10.513	10.244
Cível	6.904	7.032
	<u>175.827</u>	<u>170.635</u>

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 24.770, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Autor: Estado de São Paulo

I) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 25.165, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II) Auto de Infração no valor de R\$ 17.791, lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente na esfera administrativa. Aguardando ajuizamento da Execução Fiscal para defesa judicial.

Autor: J. Macêdo

I) Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 23.823 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

20 Subvenções governamentais (Controladora)

Em 31 de março de 2015, a Companhia fez jus a R\$ 6.445 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2014: R\$ 39.431). Para o período findo em 31 de março de 2015, a Companhia não possuiu base para cálculo do lucro da exploração (31 de dezembro de 2014: R\$ 1.990) em subvenções federais.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

20.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do período, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27.06.1963, Decreto 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Administração está pleiteando a renovação deste benefício junto à SUDENE.

20.2 PROVIN (Estado do Ceará)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

financiada, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do período, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

20.3 DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009 e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

20.4 PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

20.5 TARE (Estado da Paraíba)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – TARE nº 2013.000086 com renovação em 2014 deferida pela Gerência Executiva de Tributação através do parecer nº 2014.01.00.00466.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido do ICMS de 43,38% do valor integral do imposto devido ao estado da Paraíba nas operações de aquisições por transferências de outros estabelecimentos pertencentes ao Grupo, localizados nos estados signatários do Protocolo ICMS 46/00, de farinha de trigo e mistura de farinha de trigo, para posterior remessa para industrialização de macarrão.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 12 (doze) meses, contados a partir de 1º de Julho de 2014, na forma prevista na Lei 7.980/2001, regulamentada pelo Decreto 8.205/2002 e suas alterações.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

21 Patrimônio líquido (Controladora)

21.1 Capital social

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Capital social	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são distribuídos somente no caso da Companhia apresentar lucro no exercício após excluídos os saldos de reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

21.2 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais é registrado na conta de Reserva de Lucros.

21.3 Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 20.

21.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia.

21.5 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

21.6 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

22 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita bruta de vendas	381.278	390.982	382.765	398.299
(-) Impostos	(34.101)	(39.146)	(34.260)	(39.272)
(-) Devoluções	(4.910)	(6.418)	(4.910)	(6.418)
(-) Abatimentos	(7.430)	(7.034)	(7.430)	(7.034)
	<u>334.837</u>	<u>338.384</u>	<u>336.165</u>	<u>345.575</u>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

23 Custos e despesas operacionais

23.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Matérias-primas e Embalagens	(168.251)	(194.011)	(168.251)	(194.011)
Pessoal	(46.427)	(41.219)	(46.965)	(41.219)
Serviços de terceiros e Fretes	(57.693)	(54.316)	(57.868)	(54.316)
Depreciação e amortização	(6.344)	(5.844)	(6.404)	(5.860)
Outros	(28.660)	(28.033)	(28.881)	(32.654)
	<u>(307.375)</u>	<u>(323.423)</u>	<u>(308.369)</u>	<u>(328.060)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

23.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Custos dos produtos vendidos	(208.679)	(233.246)	(209.459)	(237.749)
Despesas com vendas	(66.435)	(62.058)	(66.435)	(62.231)
Despesas gerais e administrativas (a)	(32.261)	(28.119)	(32.475)	(28.080)
	<u>(307.375)</u>	<u>(323.423)</u>	<u>(308.369)</u>	<u>(328.060)</u>

a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

24 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Ordenados e salários	(17.198)	(16.000)	(17.125)	(16.020)
Custos de previdência social	(5.284)	(3.821)	(5.260)	(3.825)
Participação nos resultados	(4.200)	(2.500)	(4.200)	(2.500)
	<u>(26.682)</u>	<u>(22.321)</u>	<u>(26.585)</u>	<u>(22.345)</u>

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada período.

25 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(547)	(327)	(547)	(327)
Contingências líquidas	(843)	(1.086)	(843)	(1.086)
Provisão para redução ao valor recuperável	(270)	(583)	(270)	(583)
Provisão honorários de êxito	535	-	535	-
Venda de ativos	263	(74)	263	(74)
Outras receitas (despesas) líquidas	342	(422)	342	(422)
	<u>(520)</u>	<u>(2.492)</u>	<u>(520)</u>	<u>(2.492)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.085)	(2.589)	(8.085)	(2.589)
Variações monetárias e cambiais passivas	(42.401)	(4.939)	(42.401)	(4.939)
Tarifas bancárias	(161)	(307)	(166)	(312)
Ajuste a valor de mercado – Derivativos	(619)	(8.624)	(619)	(17.817)
Outras despesas financeiras	(1.006)	(1.654)	(658)	(1.298)
Despesas financeiras	(52.272)	(18.113)	(51.929)	(26.955)
 Rendimentos de aplicações financeiras	 4.974	 1.412	 4.986	 1.439
Descontos obtidos	394	515	394	515
Variações monetárias e cambiais ativas	546	8.718	546	8.718
Ajuste a valor de mercado - Derivativos	36.040	1.676	47.044	3.674
Outras receitas financeiras	258	242	276	255
Receitas financeiras	42.212	12.563	53.246	14.601
 Despesas financeiras líquidas	 (10.060)	 (5.550)	 1.317	 (12.354)

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**27.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)****27.1.1 Valor justo**

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) e CPC 46 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
*Relatório sobre a revisão de
 Informações Trimestrais - ITR*

mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2. Não houve mudança entre níveis ao longo do exercício.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas informações trimestrais aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	193.549	127.590	193.549	127.590
Contas a receber	133.107	143.825	133.107	143.825
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	1.926	824	1.926	824
<u>Ativos financeiros</u>				
<u>derivativos</u>				
Operação de "swap"	30.156	10.057	30.156	10.057
	<u>358.738</u>	<u>282.296</u>	<u>358.738</u>	<u>282.296</u>
<u>Passivos financeiros não</u>				
<u>derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	371.749	272.295	411.449	302.346
Debêntures	119.001	115.364	119.494	115.364
Fornecedores	61.242	47.688	61.242	47.688
Arrendamentos mercantis	11.524	11.624	11.524	11.624
financeiros				
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	7.906	7.347	7.906	7.347
<u>Passivos financeiros</u>				
<u>derivativos</u>				
Operação de "swap"	593	223	593	223
	<u>572.015</u>	<u>454.541</u>	<u>612.208</u>	<u>484.592</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	215.841	139.668	215.841	139.668
Contas a receber	133.440	143.768	133.440	143.768
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	5.045	3.392	5.045	3.392
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	30.156	10.057	30.156	10.057
Operação de “forward”	9.062	4.223	9.062	4.223
	<u>393.544</u>	<u>301.108</u>	<u>393.544</u>	<u>301.108</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	371.749	272.295	411.449	302.346
Debêntures	119.001	115.364	119.494	115.364
Fornecedores	61.269	47.458	61.269	47.458
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	593	223	593	223
Operação de “forward”	372	435	372	435
	<u>552.984</u>	<u>435.775</u>	<u>593.177</u>	<u>465.826</u>

27.2 Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, operações de swap, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

27.2.1 *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos, debêntures e derivativos.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(51.813)	(29.611)	(51.813)	(29.611)
	<u>(51.813)</u>	<u>(29.611)</u>	<u>(51.813)</u>	<u>(29.611)</u>
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	188.246	114.976	196.008	121.619
Derivativos	30.156	10.057	39.218	14.280
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(319.936)	(242.684)	(319.936)	(242.684)
Debêntures	(119.001)	(115.364)	(119.001)	(115.364)
Derivativos	(593)	(223)	(965)	(658)
	<u>(221.128)</u>	<u>(233.238)</u>	<u>(204.676)</u>	<u>(222.807)</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
31/03/2015		
Reais	-25	(874)
	-50	(1.748)
31/03/2014		
Reais	-25	(591)
	-50	(1.182)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira da Companhia.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege (hedge) de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e “NDFs”. As operações consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 0,57 % (31 de dezembro de 2014: 0,66%).

	Valor <i>Notional</i> (Reais)	Valor justo		Resultado no período
		Ativo financeiro derivativo	Passivo Financeiro derivativo	
31 de março de 2015				
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros Derivativos	195.222	30.156	593	(35.421)
	Circulante	18.076	593	
	Não circulante	12.080	-	

Em 31 de março de 2015, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 619 e uma receita de R\$ 36.041 (31 de março de 2014: receita de R\$ 35.421) no resultado financeiro.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. Em 31 de março de 2015, o valor dos derivativos da posição comprada totalizou R\$ 58.222 (31 de dezembro de 2014: R\$ 23.134). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ativos totalizou R\$ 9.062 (31 de dezembro de 2014: R\$ 4.223), enquanto que os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizou R\$ 372 (31 de dezembro de 2014: R\$ 435). A controlada apurou um ganho de R\$ 11.003 (31 de dezembro de 2014: perda R\$ 5.832) registrada no resultado financeiro (Ajuste a valor de mercado).

Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	195.222	141.438	195.222	141.438
Fornecedor em moeda estrangeira (a)	(9.314)	(9.274)	(9.314)	(9.274)
Contrato de swap (b)	(195.222)	(141.438)	(195.222)	(141.438)
Exposição líquida (a-b)	<u>(9.314)</u>	<u>(9.274)</u>	<u>(9.314)</u>	<u>(9.274)</u>

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
31/03/2015		
Reais	-25	(7.468)
	-50	(14.937)
31/03/2014		
Reais	-25	(5.245)
	-50	(10.491)

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. A Companhia opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

27.2.2 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 31 de março de 2015, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2014: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 35,7% (31 de dezembro de 2014: 36,5%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 40% (31 de dezembro de 2014: 55%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Clientes – Atacado	109.511	106.195	109.511	106.195
Clientes – Varejo	54.703	52.324	54.703	52.324
Outros clientes	8.308	7.086	8.641	7.029
(-) Provisões	(26.123)	(10.288)	(26.123)	(10.288)
	<u>146.399</u>	<u>155.317</u>	<u>146.732</u>	<u>155.260</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2014: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

27.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 20, 21 e 28.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

28 Eventos subsequentes

Por decisões estratégicas da Companhia, em Abril de 2015, foram paralisadas as atividades de produção da filial situada em Jaguaré, SP. O volume de produção realizado por esta unidade foi transferido para a unidade da Companhia situada em São José dos Campos, SP.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos

Conselheiros e Diretores

J.Macêdo S.A.

Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da J.Macêdo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Fortaleza, 8 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto

Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE